

A medicalização do fracasso escolar na concepção dos pais e/ou responsáveis de crianças com queixa escolar**The medicalization of school failure in the conception of parents and/or guardians of children with school complaints**

Ana Clara de Arruda NUNES*

Janaina Cassiano SILVA**

RESUMO: As intervenções médicas na área da educação são cada vez mais frequentes e recorrentes como alternativa para superação do fracasso escolar das crianças. Nesse sentido, o estudo investigou a medicalização do fracasso escolar na concepção dos pais e/ou responsáveis de crianças com queixa escolar. Foi realizada pesquisa qualitativa pautada na Teoria Histórico-Cultural com a participação de cinco (5) responsáveis pelas crianças com queixa escolar atendidas no ano de 2019, no projeto de extensão Orientação à Queixa Escolar da Universidade Federal de Catalão. Para a obtenção dos dados realizou-se entrevistas semiestruturadas analisadas à luz da Teoria Histórico-Cultural. Notou-se posicionamento contrário à medicalização do fracasso escolar por parte das responsáveis, além disso, elas apontaram a escola como principal lugar de produção da queixa escolar. As entrevistadas relataram melhoras no comportamento e na superação da queixa escolar das crianças, mediante a participação no projeto de extensão Orientação à Queixa Escolar. Dessa forma, a mediação de qualidade pautada em questões sociais, históricas e educacionais foi observada como eficaz para a superação do fracasso escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização; Queixa- Escolar; Fracasso escolar; Psicologia Histórico-Cultural.

ABSTRACT: Medical interventions in the field of education are increasingly frequent and recurrent as an alternative to overcome children's school failure. In this sense, the study investigated the medicalization of school failure in the conception of parents and / or guardians of children with school complaints. Qualitative research based on the Historical-Cultural Theory was carried out with the participation of five (5) responsible for the children with school complaints attended in 2019, in the extension project Orientação à Queixa Escolar, from Universidade Federal de Catalão. To obtain the data, semi-structured interviews were carried out, analyzed in the light of the Historical-Cultural Theory. It was noted a position contrary to the medicalization of school failure on the part of those responsible, in addition, they pointed to the school as the main place of production of the school complaint. The interviewees reported improvements in behavior and in overcoming the children's school complaint, through their participation in the School Complaint Orientation project. Thus, a quality mediation based on social, historical, and educational issues, it was observed as effective for overcoming school failure.

KEYWORDS: Medicalization; Complaint-School; School failure; Historical-Cultural Psychology.

*Estudante de graduação de Psicologia na Universidade Federal de Catalão, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5616-7262>, e-mail: anaclara.arruda.nunes@gmail.com.

**Doutora em Educação, Docente no curso de Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1145-5820>, e-mail: janacassiano@ufcat.edu.br.

1 Introdução

Este trabalho discorre acerca da pesquisa intitulada “Orientação à Queixa Escolar” da Universidade Federal de Catalão, que visa problematizar a demanda de queixa escolar no Centro de Estudos Aplicados em Psicologia- CEAPSI. Nosso objetivo com o estudo foi compreender a percepção dos pais e/ou responsáveis pelas crianças com queixa escolar sobre a medicalização como recurso de superação do fracasso escolar.

A Psicologia Escolar e Educacional têm se preocupado nas últimas décadas em compreender “[...] como o fracasso escolar se instaura nesse contexto?” (SOUZA, 2011, p. 59). Várias pesquisas têm como objeto de estudo o fracasso escolar, as quais mostram este por sua vez atribuído quase que estritamente às camadas populares. Pesquisas, cujo objeto de estudo é a queixa de fracasso escolar, atribuem-no diversas vezes às camadas populares em detrimento às de alto poder aquisitivo. Parece haver um deslocamento do problema pedagógico para um problema biológico na criança procurando de certa forma querer corrigir e trazer para certa *normalidade própria* àqueles que consideram *anormais*, ou melhor, àqueles que não se adequam principalmente aos preceitos escolares (SOUZA, 2011).

O termo fracasso escolar é compreendido de inúmeras formas, a depender das concepções, sejam elas sociais, culturais, biológicas, sejam outras (PATTO, 1999), a que os profissionais especialistas estejam inseridos. Diante dessa faixa de compreensão, destacamos que, neste estudo, o fracasso escolar é entendido consoante aos estudos de Patto (1999), que compreende o fracasso escolar como uma denominação atribuída às dificuldades no processo de escolarização, que resulta em um desempenho insatisfatório do aluno ao esperado a partir dos estímulos pedagógicos. Nessa perspectiva, há de se enfatizar também que uma das alternativas para a superação do fracasso escolar centra-se na medicalização do indivíduo em “defasagem” no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, transferir questões educacionais, políticas, sociais para o campo biológico (LEONARDO; SUZUKI, 2016).

Por outro lado, percebemos um desvirtuamento da concepção de fracasso escolar atualmente diagnosticado em crianças, em uma anamnese que desconsidera o contexto ao qual em que estão inseridos e constituem suas relações pessoais e de mundo. Esse olhar superficial, para a complexa teia que envolve as crianças e influencia seus comportamentos e relações com o meio e com o próprio processo de aprendizagem, promove ações cada vez mais imediatistas e pautadas em medicamentos.

Em nossa leitura, a medicalização deliberada do fracasso escolar reduz o pensar sobre o ser humano a somente um aspecto da vida do estudante, ou seja, tratar aquilo que falta, e que de alguma forma precisa ser corrigido, a partir de um aspecto imediatista e simplista do complexo que é o ser humano ali percebido. Em outras palavras, seria um “olhar que recorta o corpo torna-o objeto, passível de controle e ajustamento, visando à normalidade” (ANGELUCCI, 2014, p. 121).

Nessa mesma perspectiva, Leonardo e Suzuki (2016) destacam que ao medicalizar o processo de ensino-aprendizagem, ao deslocar o eixo de questões políticas, pedagógicas e sociais para o campo biológico, significa estritamente a prescrição de medicamentos. Dentre eles, destacamos o Cloridrato de Metilfenidato, seja na versão Ritalina® ou Concerta®. Essas drogas, como quaisquer outras, possuem seus efeitos colaterais e a utilização deve ser sempre realizada sob orientação próxima e com a devida análise dos riscos.

Diante do recurso medicamentoso para auxiliar indivíduos que biologicamente podem carecer de auxílio para o processo de ensino-aprendizagem, infelizmente, ocorrem prescrições indiscriminadas e acarretam consequências, dispensáveis, ao organismo dos pacientes. Essa observação está amparada nos estudos recentes realizados por Schmitz, Chao e Wyse (2019). Os pesquisadores supracitados utilizaram metilfenidato, principal substância usada em medicamentos para o tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, em ratos e diagnosticaram alterações nos parâmetros comportamentais e neuroquímicos deles em relação ao grupo de controle. Os resultados alertam, inclusive, para a perda de neurônios e problemas de memória dos indivíduos usuários dessa substância.

Considerando o exposto, nosso intento foi realizar um estudo com os pais e/ou responsáveis das crianças com queixa escolar atendidas no Centro de Estudos Aplicados em Psicologia CEAPSI da Universidade Federal de Catalão no que concerne à medicalização do fracasso escolar, tendo a Teoria Histórico-Cultural como referencial teórico. A proposta objetivou identificar e analisar a concepção de medicalização do fracasso escolar dos pais e/ou responsáveis pelas crianças com queixa escolar atendidas no CEAPSI. Em decorrência, os objetivos específicos constituíram: discutir o processo de medicalização do fracasso escolar e a relação com a família à luz da Teoria Histórico-Cultural; compreender o processo de medicalização do fracasso escolar e a queixa escolar com base na Teoria Histórico-Cultural.

A seguir será apresentada a fundamentação teórica, contendo reflexões acerca dos impactos que a medicalização do fracasso escolar gera na vida escolar. Posteriormente, será

detalhada a metodologia utilizada na presente pesquisa, seguida dos resultados e discussões, além das considerações finais.

1.1 A medicalização do fracasso escolar: os impactos na vida escolar

“O termo medicalização refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza” (COLLARES; MOYSÉS 1994, p. 25). Assim, a medicalização do fracasso escolar consiste em biologizar questões políticas e sociais, remetendo suas causas ao âmbito biológico, minimizando o complexo contexto que envolve o desempenho escolar.

Inúmeras vezes essa questão é vista como responsabilidade unicamente do sujeito. Contudo, essa esfera é mais abrangente, por isso, voltar-se unicamente para o indivíduo é uma maneira simplista que pode contribuir para a rotulagem, a estigmatização e para o afetamento da saúde mental dos estudantes em tratamento. Essa observação pode ser lida na análise de Bosi (1992, p. 113), quando afirma que “[...] o estereótipo nos é transmitido com tal força e autoridade que pode parecer um fato biológico”. Patto (1992), nessa mesma linha, traça que o fundamental é não focar o fracasso escolar no indivíduo, mas sim, analisá-lo como um elemento constitutivo de uma sociedade excludente e classista.

Entretanto, diversas vezes a culpa do fracasso escolar também recai sobre a família, alegando que ela é desestruturada, não transmite bons valores e uma boa educação para seus filhos, ou seja, a culpabilizando. Essa prática é dotada de preconceitos que impedem a comunidade escolar de olhar para o fenômeno de forma mais ampla e buscar alternativas para superá-lo. Nessa perspectiva, Patto (1992) ainda afirma que o preconceito e os estereótipos não atingem somente o aluno, afetam diretamente também a sua família, predominantemente a família do aluno pobre. Logo, “[...] as atitudes tomadas em âmbito escolar, quando baseadas nesses estereótipos, podem aprofundar e, também, cronificar as dificuldades vividas pela criança, especialmente no que se refere ao aluno proveniente das camadas populares” (SANTOS, 2015, p. 78).

É importante destacar que as crianças das camadas populares carregam o peso do preconceito com relação à pobreza; a responsabilidade sobre as oportunidades desiguais da nossa sociedade classista recai sobre eles e não no sistema que gera e mantém sua pobreza

(PATTO, 1992). Ademais, à família recai o julgamento pelo fracasso escolar, atrás do estigma de incompetência para a educação dos filhos. Em resposta a essa dinâmica vil, muitas justificativas para o não desempenho esperado dos estudantes focam nos aspectos biológicos da criança.

Ainda sobre essa dinâmica, em muitos casos, Mendoza (2014) ressalta que a família é responsabilizada pelo diagnóstico dos seus filhos e espera a orientação da escola e dos profissionais da saúde sobre como educar suas crianças. Entretanto, a escola, sua metodologia e seus procedimentos não são questionados (PATTO, 1992). De acordo com Mendoza (2014), há uma visão cristalizada da dificuldade do processo de aprendizagem está centrada na criança e que a sua família é a responsável pelas mudanças que deveriam ocorrer no ambiente escolar.

Outrossim, para analisarmos a medicalização do fracasso escolar também se faz necessário compreendermos melhor o que é a queixa escolar, uma vez que é a evidência do fracasso escolar. De acordo com Souza (2007), a queixa escolar é uma denominação dos psicólogos aos encaminhamentos de crianças e adolescente em fase escolar, na qual a queixa é referente a defasagens de aprendizagem e desvios de comportamento esperados para o contexto da escola. A partir da reflexão do conceito à luz de Souza (2007), nossa leitura elenca Nascimento (2013, p. 17), ao ponderar que “[...] a queixa escolar é uma produção social e coletiva, regulada pelos sentidos e significados atribuídos ao modo de ser das crianças, pelos agentes envolvidos na escolarização delas”. Logo, diante de uma queixa escolar é de suma importância considerar os aspectos históricos e sociais da criança, e não culpabilizar apenas um âmbito dessa complexa relação.

Ainda segundo Nascimento (2013), a queixa escolar é um fenômeno que se mostra apenas na superfície, a qual esconde contradições, tensões que englobam seus mecanismos de produção, tal como o reducionismo e a fragmentação dos processos psicológicos, colocando em lados opostos o social e o biológico, sem considerá-los como um todo no desenvolvimento do indivíduo. Nesse sentido, conclui que os fenômenos ditos como psicológicos não podem ser considerados de forma distanciada do meio social no qual estão engendrados (NASCIMENTO, 2013)

A respeito desse contexto social que deve ser analisado, ao se tratar de queixa escolar, Han (2018) analisa que vivemos em uma sociedade neoliberal, com inúmeras técnicas de poder arraigadas na cultura, nas organizações trabalhistas, nas relações pessoais e interpessoais e no modo como os indivíduos conduzem suas vidas. Trata-se de uma realidade cuja necessidade é

pelo trabalho, produzir cada vez mais, superar-se a cada dia para resolver suas demandas o mais rápido possível. O autor destaca ainda que essas complexas questões e dinâmicas sociais, às quais o indivíduo está submetido, têm acarretado sofrimentos, depressão, esgotamento, dentre outros (HAN, 2018).

Para além disso, Fiore (2005) também afirma que a sociedade neoliberal possibilita que o discurso médico se instale com facilidade, pois ele inúmeras vezes permite mecanismos rápidos e aparentemente simples para ajustamento dos corpos. Ou seja, vivemos na era da velocidade, em ritmo acelerado na tomada de decisões, o que pode contribuir para o processo de medicalização.

Nesse viés, o remédio aparece como uma solução prática para o enquadramento das pessoas de acordo com a os critérios dessa sociedade e a lógica dela. Desse modo, o fundamento biologizante ganha destaque, sendo questão central para explicar o insucesso escolar da criança. Dessa forma, como aponta Meira (2012), a medicalização do fracasso escolar alega que crianças com dificuldade de aprendizado apresentam essa característica devido a disfunções ou transtornos neurológicos, que afetam áreas cruciais para a aprendizagem como a atenção, concentração, linguagem, estratégias cognitivas, motoras, habilidade sociais, raciocínio matemático, dentre outros.

Diante disso, Leonardo e Suzuki (2016) ressaltam que os medicamentos como a Ritalina[®] e o Concerta[®], nomes comerciais para o Cloridrato de Metilfenidato, ganham destaque nas tentativas de controle e ajustes dos corpos. Esses psicotrópicos atuam por meio de mecanismos de ação que potencializam a concentração e a atenção. Dessa forma, possuem psicoativos que estimulam o estado de alerta e atenção (SCHMITZ; CHAO; WYSE, 2019; LEONARDO; SUZUKI, 2016).

Nesse fim, por meio dos medicamentos há alterações no corpo humano, facilitando a concentração e a atenção, além da docilização dos corpos, situações que podem ser favoráveis aos interesses e ao controle da sociedade neoliberal. Contudo, as ações desses fármacos podem acarretar inúmeras consequências para os indivíduos, tanto físicas quanto psicológicas. Assim, é necessária atenção, cuidado, reflexões e críticas acerca do processo de medicalização.

2 Metodologia

A metodologia deste estudo foi pautada nos fundamentos metodológicos e filosóficos do materialismo histórico-dialético, dessa forma, a Teoria Histórico-Cultural foi utilizada como

referencial teórico. Dentre o material teórico que essa vertente contempla, citamos Marx (1983, p. 20) ao destacar que “[...] a pesquisa tem que captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”. Dessa forma, é relevante analisar a realidade concreta, suas contradições, história, valores culturais e sociais para abranger a complexidade do fenômeno estudado e realizar uma pesquisa com compromisso social.

Ademais, esta pesquisa tem caráter qualitativo e foi realizada no Centro de Estudos Aplicados em Psicologia – CEAPSI. Os participantes do estudo foram os pais e responsáveis pelas crianças com queixa escolar atendidas no CEAPSI no projeto de extensão Orientação à Queixa Escolar. Inicialmente, fizemos um levantamento do número de crianças atendidas, tendo como foco central a queixa escolar. Em seguida, tivemos condições de selecionar os participantes da pesquisa. O número de crianças atendidas pelo projeto, no momento da realização das entrevistas, era de seis crianças; contudo, destacamos que havia a participação de gêmeos, assim as entrevistas foram realizadas com cinco responsáveis.

O projeto de pesquisa teve aprovação do comitê de ética pelo parecer n. 2.206.870 e CAAE: 67844017.5.0000.5083. Informamos que também foi solicitada autorização prévia dos participantes mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nessa ocasião também foram fornecidos esclarecimentos quanto ao estudo, seus objetivos, garantia de anonimato, informações sobre a entrevista, entre outros assuntos, pautados nos cuidados éticos preconizados pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). O instrumento para coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada, baseada em um roteiro previamente definido e construído após estudo teórico da temática. Os dados coletados foram analisados à luz da Teoria Histórico-Cultural, tendo como base os Núcleos de Significação (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Somente mulheres preencheram o formulário, pois, no dia da realização das entrevistas nenhuma criança participante do grupo de Orientação à Queixa Escolar era acompanhada por um responsável do sexo masculino. As idades das entrevistadas compreendiam um interstício de 35 anos a 55 anos, com média de 43,8 anos. A escolaridade variou de ensino fundamental incompleto a ensino médio completo. As participantes, assim como seus filhos e neto, eram naturais de diversas localidades geográficas brasileiras. A idades das crianças eram de 8 anos a 11 anos, com média aproximada de 9 anos. Apenas uma criança era do sexo feminino.

A elaboração do roteiro de entrevista levou em consideração os objetivos dessa pesquisa, fundamentada na perspectiva histórico-cultural. Utilizamos o modelo de Alvarenga (2017) como base, já que seu estudo intitulado “*A medicalização do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental*” possui diversos pontos em comum com a presente pesquisa. Dentre as questões feitas para as entrevistadas, ressaltamos as perguntas: quais eram as queixas escolares dos seus filhos? Por que acreditavam que eles tinham esse comportamento na escola? Se a criança já havia feito uso de medicação? Se sim, qual e quais é/são os efeitos dela na criança? Além disso, questionamos os pais se acreditavam que a medicação era a melhor alternativa para lidar com a queixa escolar das crianças.

As entrevistas foram feitas em uma sala no CEAPSI, após o atendimento das responsáveis no grupo que participavam do projeto de extensão de queixa escolar. Dessa forma, antes de começar o grupo informamos aos responsáveis sobre a pesquisa, a importância dela, como ocorreria a entrevista, questionando se havia alguma dúvida e se eles gostariam e poderiam participar. Assim, após o aceite da participação, a pesquisadora realizou as entrevistas a partir do roteiro, de forma individual e áudio gravada. Destacamos também que houve a transcrição das entrevistas na íntegra.

A análise das entrevistas se deu por meio do núcleo de significação de Aguiar e Ozella (2006) na perspectiva Histórico-Cultural. Desse modo, diante da leitura flutuante, observamos as palavras que se destacavam na fala das participantes, respeitando os objetivos dessa pesquisa. Dessas palavras evidenciamos os pré-indicadores, que após aglutinação, seja por complementariedade, singularidade e similaridade, consolidaram indicadores de relação com situações ou conteúdos temáticos, conforme a proposta deste estudo. Assim, os pré-indicadores e os indicadores permitiram a criação de três núcleos de significação, a saber: 1) a criança e suas atitudes; 2) a escola: lugar dos apontamentos e; 3) a queixa escolar e o seu encaminhamento: as mudanças das crianças mediante a participação no grupo de atendimento à queixa escolar. Desta forma, os núcleos de significação foram analisados à luz da Teoria Histórico-Cultural, levando em consideração contextos sociais, históricos e culturais, os quais permitiram melhor compreensão dos participantes da pesquisa.

3 Resultados e Discussão

Utilizamos nomes fictícios para apresentação das falas das cinco participantes ao longo deste artigo, a fim de resguardar a identidade delas e demais pessoas citadas por elas nas

entrevistas. Denominamos as entrevistadas de: Alice, Gabriela, Isabel, Luísa e Rita. A seguir apresentamos nossos três núcleos de significação, que elencamos após leitura e organização do material obtido com as entrevistas.

3.1 A criança e suas atitudes

Segundo Vygotsky (2001), é por meio da cultura que os seres humanos se desenvolvem. Essa afirmação pretende a síntese do silogismo que envolve a formação dos indivíduos, propondo que o mundo subjetivo só é construído mediante a aquisição do conhecimento do mundo objetivo. Nessa perspectiva, a infância é uma etapa primordial de socialização e de contato com a cultura, com o mundo que cerca o ser em formação.

Em termos analíticos, é a infância uma fase aflorada de curiosidade, de descoberta, de desvendar e assimilar a cultura e a sociedade. Diante disso, a agitação, inquietações e questionamentos são comuns e importantes para o desenvolvimento da criança. Tem-se, pois, nessa perspectiva que os indivíduos se desenvolvem e vão se constituindo como seres humanos (VYGOTSKY, 1991).

Tendo isso em mente, foi observado na fala de uma das entrevistadas que ela compreendia as agitações e inquietações da criança como um processo típico dessa etapa do desenvolvimento. Contudo, a escola não a aceitava e não sabia lidar com a criança queixando-se dela.

Diante desse cenário, apresentado pela entrevistada e teoricamente evidenciado por Vygotsky (1991), refletimos a respeito do padrão de alunos idealizado pelas escolas. Essa ilusão de hegemonia comportamental rotula os indivíduos como indisciplinados pelo fato de andarem pela sala, conversarem durante a aula, ficarem em pé quando deveriam estar sentados; comportamentos, que na verdade, são típicos de crianças e, muitas vezes, de crianças que não aceitam se portar como robôs “[...] que lutam contra a monotonia do silêncio absoluto e ausência de movimentos, tidas como atitudes exemplares pela escola” (FRELLER *et al.* 2001, p. 133).

Trouxemos algumas falas das entrevistadas para exemplificar essa questão. Observe:

“Em casa ele é agitado, mas é agitação de criança mesmo, comportamento de criança, mas essa queixa vem da escola”. (Gabriela)

“[...] o Fábio é até educado, ele fica sempre sentadinho, na...na cadeira, o Fabiano é mais imperativo”. (Alice)

As entrevistadas disseram que não observavam as queixas escolares antes delas serem apontadas pelas escolas. Nessa direção, elas ressaltaram que compreendiam os comportamentos de agitação das crianças, como um comportamento típico da infância. Além disso, Alice ao apontar a diferença entre os filhos gêmeos, mostra-nos como as crianças têm comportamentos distintos, ou seja, assimilam e lidam com a realidade cada uma a seu modo.

Nesse sentido, para entender o comportamento das crianças, é necessário compreender o contexto sócio-histórico no qual elas se encontram, sua história e suas condições concretas de vida (LEONARDO, LEMES, FACCI, 2016). Não apenas culpabilizando umas das esferas pelo comportamento do infante, mas buscando analisar de forma ampla o porquê dessas atitudes e desses comportamentos apresentados.

Em outro relato das entrevistadas, identificamos a referência à agressividade das crianças. Quanto a essa queixa, cabe a reflexão a partir de Souza (2006), quando ressalta que muitas vezes o ato de rebeldia de uma criança pode centrar-se no fato de ela não ver sentido nas aulas, no fato de ela estar exposta a humilhações e ao autoritarismo, a agressão.

Em concordância com os teóricos elencados até o momento, Arce e Baldan (2013) afirmam que o desenvolvimento da criança não pode ser separado da forma como ela é inserida na sociedade. Logo, as interações que ela tem com os adultos que cuidam e educam, bem como com a escola e em casa, devem ser analisadas de uma forma mais ampla e não reducionista ao instante da agressão, por exemplo. Nessa direção, é de suma importância averiguar, investigar e procurar compreender por que a criança tem o comportamento identificado, seja de se isolar, seja de agredir.

Nessa perspectiva, pais e escola não devem ignorar o comportamento tanto o destoante como o esperado dos estudantes, taxando-o como natural de criança (SOUZA, 2006). Partindo desse viés, é mister buscar alternativas para compreendê-lo e enfrentá-los juntos, em uma parceria escola-família. Além disso, é importante analisar as sociedades e suas dinâmicas para a compreensão dos comportamentos das crianças. Nessa direção, para uma das entrevistadas a agressividade estava relacionada com as tecnologias, marca da nossa sociedade atual.

Ele veio 'pra' cá por causa da agressividade, porque ele estava muito agressivo com os coleguinhas[...]ele repetia a brincadeira do jogo nos coleguinhas, era dá murro, dá chute, todas as brincadeiras de...de jogos, de vídeo ele fazia, ele praticava com os coleguinhas. (Isabel)

Diante dessa fala, destacamos a importância de considerarmos a tecnologia e suas implicações na vida dos indivíduos, pois ela faz parte do momento histórico que estamos vivendo e, como tal, tem implicações nas pessoas. Esse destaque se faz consonância à defesa de Vygotsky (2001) de que os seres humanos são seres históricos, sociais e culturais. Nesse sentido, ao analisar uma pessoa, sua subjetividade e suas atitudes todos os elementos que envolvem o contexto social, histórico e cultural do ser devem ser considerados.

Nessa direção, como enfatiza Arce e Baldan (2013), a concepção de infância que temos, das suas brincadeiras, das suas características típicas são perpassadas por aspectos históricos, sociais e culturais; logo, a visão de infância que temos hoje é diferente da que se tinha no século passado e provavelmente será diferente da que teremos no próximo século. Por essa constatação, enfim, defendemos que a concepção histórica e social da criança permite analisar suas interações e relações com as outras pessoas, sua dinâmica social de uma forma ampla e não reducionista.

3.2 A escola: lugar dos apontamentos

De acordo com a Psicologia Histórico-Cultural a finalidade da escola é centrada no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, por meio da relação da criança com a cultura, na qual o conhecimento advindo do cotidiano, por meio da arte, literatura, escrita, ciência, transforma-se em conhecimento científico (LESSA; SOUZA, 2019). Assim, busca-se transmitir os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade para as crianças, o que contribui para o desenvolvimento delas.

Na concepção de Leonardo, Leal e Rossato (2012), há várias décadas, as escolas brasileiras têm dificuldades em transmitir os conhecimentos historicamente produzidos, devido a séries de obstáculos apresentados por elas e pelo sistema educacional brasileiro. Dentre a complexidade desse debate, Patto (1992) lista uma série de obstáculos materiais que contribuem para que as escolas não realizem com êxito a sua finalidade, por exemplo: a falta de infraestrutura das escolas, salas de aulas lotadas, professores exauridos e desvalorizados. Dessa forma, a falta de investimentos nas condições materiais nas escolas constitui desafios para que as escolas possam, ser local de transmissão de conhecimentos historicamente produzidos, além de propiciar o desenvolvimento humano.

Como foi observado nas falas das entrevistadas, citadas anteriormente, diversas vezes a escola culpa a família ou a criança para não ter que arcar com a responsabilidade das suas falhas

estruturais (LEONARDO; LEMES; FACCI, 2016). Percebemos que essa ação “[...] representa uma saída ideológica para não tratar das dificuldades por meio da análise da escola e do processo de escolarização”. (LEONARDO; LEMES; FACCI, 2016, p. 285). As vivências das entrevistadas vão em direção aos apontamentos teóricos supracitados, como podemos observar a seguir:

[...] aí depois quando foi para o jardim ela já começou a ser agressiva com o professor, a bater no professor na escola, aí foi uma época assim, que ela não queria ficar na escola[...] Professor na época falou assim ‘Ah você que tem que procurar o problema dela,’ gente, eu falei assim: ‘eu não tô dando conta, se você der! Eu vou procurar um psicólogo, alguma coisa’. Aí ela ficou com raiva na época, falou que eu ‘tava’ exagerando, aí eu falei não ‘tô’ exagerando, eu preciso de ajuda, eu preciso, ela precisa! Não tem condições, a escola precisa também! (Rita)

“É a queixa só vinha da escola, entendeu?! Em casa ele é agitado, mas é agitação de criança mesmo, comportamento de criança, mas essa queixa vem da escola”. (Gabriela)

“Não, nunca tinha percebido” (Alice)

Nesses três trechos das falas das entrevistadas notamos que a indicação de queixa escolar era percebida somente no ambiente da própria escola. Além disso, é evidenciado no relato de Rita como era atribuído à família a responsabilização pela busca de alternativas para superar a queixa escolar da criança. Dessa forma, parece não haver uma reflexão das escolas em conjunto com as famílias e com os infantes sobre os possíveis motivos para a queixa escolar. A essa constatação é possível estabelecer um paralelo à defesa de Leonardo, Lemes e Facci (2016) de que diversas vezes a escola estigmatiza o comportamento da criança, sem buscar compreender suas falhas e limitações que contribuí para o fracasso escolar dessa criança.

Diante dessas estigmatizações no contexto escolar, Mendoza (2014, p.54) se questiona “[...] de quê lugar o professor e a família olham a criança, seu desenvolvimento e seu processo de aprendizagem? O que eles veem quando a criança desafia, grita, se agita, presta atenção para tudo, menos para aquilo que o adulto propõe?”. Nessa perspectiva, para compreender melhor os fenômenos verdadeiramente humanos, é preciso priorizar os atores sociais dentro das suas relações, para que, dessa forma, não individualizemos problemas históricos e sociais. (MENDOZA, 2014).

Em consonância com os questionamentos de Mendoza (2014) e com os objetivos da presente pesquisa, buscamos compreender a concepção das entrevistadas acerca do fracasso escolar. Dessa forma, diversas perspectivas foram elencadas:

Ah, eu acho que é ... é um pouco falta de atenção, os professores mesmo, entendeu?! Eu acho que os professores.... 'num' dá muita atenção, entendeu?! Devido ser muito aluno, é, eu acho que é isso, entendeu?! Porque ele queixa que as vezes que ele não sabe é....o conteúdo e chama a professora ela nunca vai até ele pra tirar dúvida, pra ensinar, entendeu?![...] eu acho que fracasso escolar é tipo esse que eu relatei agora, a professora não dá muita atenção para as crianças que tem mais dificuldades, que ela quer tratar os que tem dificuldade igual os outros fazem certos, aquelas atividades, então eu acho que isso aí é um fracasso escolar. (Gabriela)

Eu penso que é aquela criança assim, que tem os pais que eles trabalham, a mãe trabalha, o pai trabalha o dia inteiro, e aí aquela criança... ele tem que fazer por ele tudo, assim a mãe, o pai chaga em casa ele não pergunta para o filho como foi a escola, não pergunta nada, deixa a criança, as coisas por conta da criança e a criança assim, não vai ter desempenho nenhum, porque eu tenho que fazer a tarefa, ele não vai fazer, ele não faz a tarefa, ele não presta atenção na aula, ele não.... Ele é uma criança que só brinca, conversa muito com os amigos, e não presta atenção, e aí quando chega na hora da prova, quando chega na hora...de, de desenvolver uma tarefa, ele não dá conta. Eu acho que o fracasso escolar vem daí. Porque aí ele vai tirar nota baixa, ele vai, exatamente porque não fez nada.... Eu acho que é isso. (Rita)

Ainda de acordo com Leonardo, Lemes e Facci (2016), é incessante a procura por um responsável pelo fracasso escolar da criança. Entretanto, culpar pais que almejam o aprendizado dos seus filhos e professores que buscam por comportamento disciplinados para conseguirem administrarem salas com trinta, quarenta alunos, não abrange a complexidade da questão. Nessa direção, é preciso repensar o fracasso escolar em uma análise multifacetada de diversos fatores, como as condições materiais das escolas e das famílias no processo de mediação do processo de ensino-aprendizado das crianças.

Aliado a isso, como ressaltam Braz-Aquino e Albuquerque (2016), é relevante para o processo de ensino-aprendizagem que o professor reconheça a importância que tem nesse processo, dando atenção e auxílios para as crianças nos seus diversos ritmos de aprendizagem. Nesse sentido, a sala de aula é um ambiente privilegiado para que o aluno e o professor edifiquem o processo educativo, construindo e desenvolvendo a aprendizagem (LESSA; SOUZA, 2019).

Nessa direção, por meio da mediação do professor é possível modificar processos educacionais, uma vez que, de acordo com Vygotsky (2001), as crianças se desenvolvem diante da mediação de um ser humano com maiores conhecimentos dentro daquele contexto. Logo, por meio da apropriação do conhecimento, o professor contribui para a humanização dos alunos (LESSA; SOUZA, 2019). As concepções teóricas supracitadas são ilustradas no relato de uma

das entrevistadas que destaca a responsabilização que as escolas atribuem às famílias pelas queixas escolares das crianças e a não proposição de estratégias conjuntas (família-escola) para a superação dessas queixas.

Eu acho que é uma maneira que eles acham de...de.... assim, de botar a culpa numa coisa que são um grupo, a escola que tem que resolver, entendeu?! Eu acho que invés deles resolverem, eles colocam como se fosse um, um...sei lá...uma doença que tem que tomar remédio, essas coisas, entendeu?! É isso que eu entendo [...] colocam a culpa na criança ou nos pais, é sempre só assim, tipo a culpa é da mãe, né, é sempre a mãe que carrega o fardo maior, entendeu? (Gabriela)

Diante da fala dessa entrevistada, também podemos refletir como diversas vezes a responsabilidade sobre a queixa escolar recaí sobre um dos aspectos do complexo contexto que envolve o estudante, como a família, mas principalmente as mães, já que vivemos em uma sociedade patriarcal, na qual a mulher é responsável pelas demandas privadas, o que inclui os filhos e a educação destes (NERVAZ; KOLLE, 2006). Dessa forma, as mulheres podem se sentir sobrecarregadas e culpadas pelo desempenho escolar de seus filhos, sem reconhecer que a superação do fracasso escolar é um papel da instituição escolar e familiar, sem centrar-se apenas na figura da mãe.

Nessa direção, além de culpabilizar as famílias, muitas vezes as alternativas para a superação do fracasso escolar encontram-se em medicar as crianças (SANTOS, 2015). De acordo com Leonardo e Suzuki (2010) a medicalização é um fruto da sociedade capitalista, sendo uma forma de controle social que adentra nas instituições escolares, almejando enquadrar os indivíduos e os “normartizar” dentro dos padrões e valores da sociedade capitalista.

Como salienta Leonardo, Leal e Rossato (2015) é preciso encontrar formas de enfrentar o problema sem produzir rotulações, mas formas que sejam capazes de analisar o processo de escolarização e os elementos que fazem parte do dia a dia escolar. Nessa perspectiva, são inúmeros os elementos que perpassam as instituições escolares e as condições materiais delas e das famílias, as quais engendram complexidades que devem ser consideradas ao analisarmos as queixas escolares, como é ressaltado na vivência de uma das participantes.

Eu assim, até corri atrás de...de...professor de apoio, mas eles não dão, eles não dão, assim, tipo, eu acho que tinha que ter professor de apoio, porque assim, como a professora num, num consegue, o professor que tá de apoio que tá na sala auxilia, né?! É tem aquele Mais Educação [...] eu coloquei ele um tempo, só que pra mim é muito difícil, como eu moro na roça, é...ele ia pra...pra escola de manhã, ficava até quatro horas da tarde, como eu e meu marido trabalha, não podemos ficar saindo do trabalho a essa hora, né?!

Porque o patrão não vai aceitar, então é...eu até tentei.... meu marido começou a pegar ele, mas o patrão não aceitou mais, aí eu tive que tirar ele. (Gabriela)

Com base no relatado de Gabriela e na perspectiva teórica de Lessa e Souza (2019) é notório a importância de analisarmos as relações de poder implícitas em nossa sociedade, para que as análises não sejam descontextualizadas, pois, muitas vezes os pais buscam alternativas para as queixas escolares de seus filhos, mas várias demandas da sociedade capitalista são obstáculos e muitas vezes empecilhos para que isso se concretize. Logo, Patto (1992) já afirmava o quanto é relevante analisar as possibilidades concretas das crianças no processo de apropriação dos conteúdos, considerando que a nossa sociedade é pautada em classes sociais, assim, os bens materiais e culturais não são igualmente distribuídos e acessados. Assim, é necessário ponderar essa realidade para problematizar alternativas para superar os fracassos escolares de uma maneira crítica englobando as contradições da nossa sociedade.

]

3.3 A queixa escolar e o seu encaminhamento: as mudanças nas crianças mediante a participação no grupo de atendimento à queixa escolar

A queixa escolar é oriunda de um processo social, cultural e histórico, cujas causas não são simplistas e englobam vários fatores, dentre eles a escola, a família, o indivíduo, a economia, a política, assim, a sociedade de maneira geral (NASCIMENTO, 2013). Entretanto, como ressalta Leonardo, Leal e Rossato (2012, p.19) muitas vezes essas questões se limitam “[...] a teorias que cingem o processo escolar ao aluno que não está aprendendo, deixando de considerar os fatores intraescolares e o conjunto de relações que constituem o cotidiano escolar”.

Diante disso, perguntamos aos responsáveis quais eram as queixas escolares a respeito de suas crianças. As respostas variaram entre queixas relacionadas ao comportamento, tais como, comportamento agressivos e antissociais, e queixas relacionadas a dificuldades em aprender a ler e escrever.

Ah...agressividade. Ele veio ‘pra’ cá por causa da agressividade, porque ele estava muito agressivo com os coleguinhas. (Isabel)

Ele não conversa na escola, que ele é muito tímido, que não brinca, brincar se chamar ele brinca, mas não fala nada. Tem dificuldades ‘pra’ ler, ‘pra’ escrever, muito calado, não tira dúvida com a professora. (Luísa)

Ele está com uma dificuldade de assim, de aprender a ler, mas tem assim, as letras muito bonitas, ele é muito inteligente, então assim, nós estamos trabalhando, eu e a professora estamos trabalhando para que ele possa é... é aprender, para que ele possa aprender. (Alice)

Uai, dificuldade né, ele...na...antes era dificuldade na leitura, agora que ele melhorou, mas é...na leitura, na escrita também era bem difícil [...] (Gabriela)

Assim, ela é uma criança que ela não ... num ... ela num ... não comunica com as crianças, ela não brinca, ela não tem amigos, ela não gosta do recreio, ela fala que odeia o recreio! A parte que ela mais odeia da escola. ‘Eu pergunto por quê?’ Ah porque eu não brinco, eu não tenho amigos, ela não faz amizades. Então assim, ela tem dificuldade de comunicar com as outras pessoas, até mesmo assim... antigamente ela não tirava nenhuma dúvida, nem com o professor, nem se ela sabia e nem se ela não sabia. Ela ia embora com tudo fechado e chegava em casa falava mãe me ajuda que eu não dei conta, eu falava ‘Uai, mas isso é tarefa de ‘ca’... tarefa de sala, por que você não fez? Porque eu não dei conta, por que você não perguntou para a professora? Tem que falar. (Rita)

As queixas descritas pelas participantes vão em direção às pesquisas científicas que apontam a temática como uma das queixas escolares mais frequentes na sociedade brasileira. Dessa forma, Leonardo, Lemes e Facci (2016, p. 282-283) destacam como “[...] os problemas de aprendizagem e de comportamento são as principais queixas que ocasionam o encaminhamento de alunos para avaliação de psicopedagogos, neurologistas, psicólogos clínicos e outros profissionais da área”. Diante disso, são necessários questionamentos e reflexões sobre os motivos e razões dessas serem as principais queixas encontradas na nossa sociedade, questões estas que vão além dos objetivos desse estudo, mas que são importantes para repensarmos o fracasso, a queixa e a medicalização no contexto escolar.

A partir do relato das entrevistadas vários elementos podem ser analisados e refletidos acerca da queixa escolar referente às crianças em questão. Observamos que, por meio da fala de Rita, que os elementos presentes no ambiente escolar podem fazer com que essa criança não queira se expressar verbalmente, não queira relatar suas dúvidas. O ato de perguntar, questionar, sobre determinado assunto já pressupõe que não se sabe sobre ele, gerando assim estigmatizações e rechaços? O professor e os colegas podem ser hostis com essa criança? Para responder ou ter maior direcionamento acerca dessas questões seria necessário recorrer a escola, conhecê-la, conversar com os professores, observar as dinâmicas das aulas. Esses podem ser questionamentos relevantes para analisarmos os comportamentos descritos pela entrevistada com relação a sua filha e suas queixas escolares.

Outrossim, duas mães afirmaram que seus filhos faziam uso de medicamentos. Contudo, houve contradições no discurso de uma das mães, que alegava que em determinado momento o filho estava aprendendo mais na escola e, em outro momento, afirmava que ele não tinha “melhorado muito não”. Quando questionada se acreditava, que a medicação era a melhor alternativa para lidar com a queixa escolar do seu filho respondeu que sim, mas afirmava que só estudar e tomar medicamentos não adiantava. A seguir há o relato de duas participantes que ilustram suas concepções acerca dos medicamentos utilizados por seus filhos.

[...] Ritalina e eu acho que só por enquanto, só Ritalina mesmo [...] parece que ele está aprendendo mais na escola, fica assim, meio desinquieto, mas é o efeito do remédio assim mesmo, que a criança não fica quieta [...] a nota dele melhorou um pouco, um pouquinho, não melhorou muito assim não. Eu acho que acredito, pelo tudo que eu ‘tô’ vendo, mas se não estudar e só tomar o remédio, não ‘tá’ adiantando (Luísa)

Ele faz uso de sertralina [...] ah ele melhorou bastante assim, para dormir, né?! E ele dorme bem, mas em outras áreas assim, não faz muito efeito não, mas só dele dormir bem já é ótimo (risos) (Gabriela)

Apesar das duas entrevistadas afirmarem que seus filhos fazem uso de medicamento, as demais entrevistadas foram contra a utilização de medicação para tratar a queixa escolar dos seus filhos. Dessa maneira, acreditam que remédios não sejam efetivos para resolver questões educacionais, inclusive, afirmaram desconhecer a relação entre a medicina e a educação. Assim, acreditam que não é eficaz esse envolvimento.

Entendemos, e concordamos com essas entrevistadas, que ao biologizar questões sociais deslocam o eixo de políticas pedagógicas, reflexões acerca delas, para o campo da saúde. Nessa direção, é necessário refletirmos acerca dos limites da medicação, das substâncias que estão sendo prescritas e das suas consequências. Os remédios são necessários para lidar com inúmeras doenças, sendo importantes na relação saúde-doença. Contudo, inúmeras questões e aspectos não médicos são deslocados para esse campo, biologizando questões pedagógicas, sociais, políticas, culturais, dentre outros, acarretando consequências na vida dos indivíduos (COLLARES; MOYSÉS, 1994). Destacamos as pesquisas de Collares e Moysés (1994, 2011), Leonardo e Suzuki (2016), Schmitz, Chao e Wyse (2019), as quais refletem acerca dos efeitos que a prescrição de medicamentos, como o Cloridrato de Metilfenidato, podem causar nos indivíduos que fazem uso destes.

Ademais, é importante apontarmos o uso de outros medicamentos como antidepressivos destacados por uma das entrevistadas, como a Sertralina. Ela é uma medicação antidepressiva que pertence à classe dos inibidores seletivos da receptação da serotonina (OLIVEIRA *et al*,

2021). O uso desse medicamento por criança chama a atenção devido a múltiplos fatores que podem engendrar outros sintomas e agravar ou provocar outras doenças, como depressão, ansiedade, transtornos de humor, do sono, dentre outros na infância. A fala supracitada da Gabriela convida-nos a outras problematizações, como a depressão em crianças, tendo em vista a relação entre queixa escolar e depressão. Destacamos essa observação e evidenciamos sua relevância, contudo, vão além do objetivo desta pesquisa, sendo necessários outros estudos para melhor compreensão.

Ao perguntarmos às participantes se elas acreditavam que a medicação era a melhor alternativa para lidar com a queixa escolar dos seus filhos e netos algumas afirmaram que não, e ressaltaram não compreender como medicamentos podem ser eficazes no processo de ensino-aprendizagem:

Não, não, eu não sou a favor da medicação [...] não acho que médico resolva o aprendizado, e que remédio vai fazer com que a criança seja mais inteligente que ela aprenda a ler e escrever [...] eu nem sabia que isso existia eu não sabia disso, o médico com aprendizagem (Isabel)

Aí eu.... 'cê' quer que eu fale a verdade? Eu não.... não acho certo isso daí não, não acho.[...] Eu não acho, porque assim, eu acho o medicamento, é...eu acho que assim, só se a criança 'tá' precisando, as vezes a crianças 'tá' com algum problema, assim, com algum, tipo....um distúrbio, mas esse negócio de usar remédio para tipo assim, aprender a ler, isso, isso aí...eu não consigo entender esse negócio. Eu acho que não existe isso, agora assim, o medicamento que as vezes a criança passou por alguma coisa, né?! Aí você vai levar ele no psicólogo e o psicólogo vai, passa para o psiquiatra e o psiquiatra fala assim, não eu, vai ter que usar esse remédio aqui, tudo bem, alguma coisa depressão, tudo bem. Mas, agora esse negócio de a criança 'tá' com dificuldade de ler, não acho isso certo não, eu não concordo com isso não, eu acho que não existe esse remédio. (Alice)

As participantes ressaltaram ainda o quanto a participação no grupo de extensão “A Queixa Escolar e o processo de ensino/aprendizagem nas escolas e no CEAPSI- Centro de estudos Aplicados em Psicologia”, da Universidade Federal de Catalão, contribuiu para melhoras nos comportamentos e aprendizagem da criança conforme almejado pelas escolas e por elas. Esse relato das entrevistadas corrobora a importância do projeto, cujo objetivo é uma abordagem social da queixa escolar, ou seja, visa o trabalho das complexas variantes do processo de ensino aprendizado, pois atua com a família, com a escola e com a criança, a fim de contribuir para a superação da queixa escolar das crianças atendidas. Desse modo, os discursos das participantes, apresentado a seguir, evidenciam suas concepções acerca do projeto:

Ele veio 'pra' cá por causa da agressividade, porque ele estava muito agressivo com os coleguinhas. Mas graças a Deus essa parte ele melhorou, agora ele só tá com dificuldade para aprender mesmo, mas a agressividade não tem mais reclamação nenhuma. (Isabel)

Aí foi quando eu consegui atendimento, aí a gente 'tá' aqui sendo atendidas, mas aqui ela já deu uma melhorada bastante também. Ela era bem agressiva, ela não é mais tão agressiva [...] esse ano eu, é o primeiro ano que ela tira dúvida em sala de aula! (Rita)

Bom o Fabiano é... uma semana que ele veio no psicólogo com vocês, uma semana ele começou a aprender ler, tem as letras muito bonitas...e ele tá indo muito bem, a professora falou que ele está de parabéns (Alice)

[...] antes era dificuldade na leitura, agora que ele melhorou, mas é...na leitura, na escrita também era bem difícil, mas agora ele melhorou bastante (Gabriela)

Diante disso, destacamos que o projeto de extensão no qual as entrevistadas e suas crianças participam, atende a queixa escolar de modo multifatorial, ou seja, não centra os aspectos escolares só na criança, sua família ou escola. No grupo realizado no CEAPSI trabalha-se uma rede de relações que está diretamente envolvida no processo de escolarização, quer seja: família, escola, criança. Além disso, busca-se compreender as dinâmicas da família e da escola, com foco nas suas relações e no processo de ensino e aprendizagem.

4 Considerações Finais

Destacamos que a presente pesquisa possibilitou investigar a medicalização do fracasso escolar na concepção dos pais e/ou responsáveis de crianças com queixa escolar. Assim, permitiu compreender a visão dos pais e/ou responsáveis sobre a utilização de medicamentos para lidar e tratar as queixas escolares.

Os dados coletados apontam que a maioria dos pais e/ou responsáveis é contra a utilização de medicamentos para lidar com os problemas de comportamento e as dificuldades de aprendizagem das crianças, acreditando que os remédios não são capazes de resolver problemas do âmbito educacional. As mães e avó, participantes do estudo, enfatizaram o quanto a participação das crianças no grupo de Orientação à Queixa Escolar, o qual não medicaliza nem individualiza problemas educacionais, contribuiu para a melhora nas dificuldades de aprendizagem e questões comportamentais das crianças. Além disso, foram identificadas concepções, nas quais o fracasso escolar, ocorria devido à falta de atenção dos professores ou devido à falta de assistência da família, mas não foi identificada individualização da queixa

escolar pelas mães e avó, colocando aspectos biológicos das crianças como responsáveis por ele.

Também se percebeu, nos relatos das entrevistadas, dificuldades em responder a questões envolvendo termos da psicologia escolar, tais como queixa escolar, fracasso escolar e medicalização, mesmo após apresentações dos índices. Essa observação sugere que os termos da psicologia escolar muitas vezes não são acessíveis a população de maneira geral, restringido sua compreensão e discussão apenas para pessoas das áreas especializadas. Além disso, ressaltamos que somente mulheres participaram da entrevista, uma vez que, no dia que as entrevistas foram realizadas não havia nenhum homem acompanhando as crianças no grupo de Orientação à Queixa Escolar, fato este que, segundo as entrevistadas, ocorrem com frequência, sendo um reflexo da sociedade patriarcal que vivemos, na qual a responsabilidade sobre a educação das crianças recai majoritariamente sobre as mulheres.

Por fim, afirmamos que essa pesquisa não esgota todo conhecimento na área, porém traz indícios para que possamos refletir o papel da família na produção do fracasso escolar e da medicalização. Nesse sentido, ressaltamos a importância de novos estudos com foco na temática da medicalização do fracasso escolar.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, n.2, p. 222-245, jun. 2006.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>

ALVARENGA, R. A. **A medicalização do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Catalão, 2017.

ARCE, A; BALDAN, M. Vamos brincar de faz de conta? A brincadeira de papéis sociais e a importância da interação do professor. In: ARCE, A. (Org). **Interações e brincadeiras na educação infantil**. Campinas: Alínea, 2013. p. 93-112.

ANGELUCCI, C. B. Medicalização Das Diferenças Funcionais – Continuísmos Nas Justificativas De Uma Educação Especial Subordinada Aos Diagnósticos. **Nuances: estudos**

sobre Educação, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, p. 116-134, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2745>.

BOSI, E. Entre a opinião e o estereótipo. **Novos Estudos**, n. 32, p. 111-118, 1992.

BRAZ-AQUINO, F. S; ALBUQUERQUE, J. A. Contribuições da Teoria Histórico-cultural para a prática de estágio supervisionado em Psicologia Escolar. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 2, p. 225-235, jun. 2016.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000200225&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 jun. 2020.

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200005>.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/2012, de 12 de dezembro de 2012 que estabelece as normas para pesquisa com seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de dezembro de 2012.

COLLARES, C. A. L; MOYSÉS, M. A. A. Preconceitos no cotidiano escolar: a medicalização do processo. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 193-214.

COLLARES, C. A. L; MOYSÉS, M. A. A. A Transformação do Espaço Pedagógico em Espaço Clínico (A Patologização da Educação). **Publicação Série Ideias**, v. 23, p.25-31. São Paulo: FDE, 1994.

FIORE. M. A. Medicalização do corpo na infância - Considerações acerca do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 365-380. 2005.

FRELLER, C.C et al. Orientação à queixa escolar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, n. 2, p. 129-134, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722001000200018&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09 de jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722001000200018>.

HAN. B.C. **Psicopolítica-** O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 1. ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

LESSA, P. V.; SOUZA, M. P. R. Avaliação Psicológica na perspectiva histórico-cultural: o que o psicólogo escolar pode fazer? In: FACCI, M. G. D; LEONARDO, N. S. T; SOUZA, M. P. R. (org.) **Avaliação psicológica e escolarização: contribuições da psicologia histórico-cultural**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI. 2019. p 247-276.

LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. R. G.; ROSSATO, S. P. M. Estado da arte de estudos sobre a queixa escolar (1990/2009): uma análise a partir da Psicologia Histórico-Cultural. *In: LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. R. G.; ROSSATO, S. P. M. (Org.) Pesquisas em queixa escolar: desvelando e desmistificando o cotidiano escolar. EDUEM: Maringá, 2012. p. 06-42.*

LEONARDO, N. S. T.; LEMES, M. J.; FACCI, M. G. D. O psicólogo diante da queixa escolar: possibilidades de enfrentamento. **Ensino em Re-Vista**, v. 23, n. 1, p. 276-303, 3 ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/ER-v23n1a2016-15>.

LEONARDO, N. S. T.; SUZUKI, M. A. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 46-54, abril de 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000100046&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 de set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1161>.

MARX, K. Prefácio da Segunda Edição. *In: MARX, K. O capital: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril, 1983 (Os Economistas). p. 15-21.*

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 136-142, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100014>.

MENDOZA, A. M. T. **Escolarização em diagnóstico: crianças em concreto.** 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, A. P. R. **Da 'queixa' ao fracasso escolar: um estudo sobre a predominância do encaminhamento de meninos aos serviços de psicologia.** 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.** Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, abril de 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 de jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>.

OLIVEIRA, J. R. F. *et al.* Descrição do consumo de psicofármacos na atenção primária à saúde de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v.37, n 1, p. 1-15. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2021.v37n1/e00060520/>. Acesso em: 04 de set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00060520>.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1999.

PATTO, M. H. S. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 107-121, 1992. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2020.

SANTOS, C. C. P. **Medicalização da educação: sentidos de professoras e de uma psicóloga que atua na área educacional**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2015.

SCHMITZ, F.; CHAO, M. V.; WYSE, A. T. S. Methylphenidate alters Akt-mTOR signaling in rat pheochromocytoma cells. **International Journal of Developmental Neuroscience**, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1016/j.ijdevneu.2018.12.004>. Acesso em: 24 set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijdevneu.2018.12.004>.

SOUZA, B. P. Apresentando a Orientação à Queixa Escolar. *In:* SOUZA, B.P (org). **Orientação à queixa escolar**. 1. ed. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2007, p. 97-118. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587596075>.

SOUZA, B. P. Orientação à queixa escolar: considerando a dimensão social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 312-319, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200012>.

SOUZA, M. P. R. Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. *In:* CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 57-68.

VYGOTSKY, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 4. ed. São Paulo, Martins Fontes. 1991.

Artigo recebido em: 06.07.2021 Artigo aprovado em: 27.09.2021 Artigo publicado em: 29.09.2021